



# Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Sétti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Casto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 14.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian e Renato Adur (02). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N° 014/94

Curitiba, 09 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa Anteprojeto de Lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com subvenções sociais e transferências a municípios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Companhia Paranaense de Energia - COPEL e Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV e V desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		CRS 1.000,00	
I DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IFROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOF	I
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I	I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
4103	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I	I
2523	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I	I
	ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I	I I		I	I
	ISELU	I	4130.00	I001I	800.000	I3659I	
		I	4323.00	I001I	5.220.000	I3659I	
T O T A L					4.020.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		CRS 1.000,00	
I DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IFROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOF	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
0902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I
1000	IINVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E	I	I	I I		I	I
	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I	4140.00	I001I	800.000	I3659I	
		I	I	I I		I	I
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I	I	I I		I	I
	IPUBLICA	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
3101	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I	I I		I	I
1051	IINVESTIMENTOS PARA A SEGURANCA	I	I	I I		I	I
	IPUBLICA	I	4323.00	I011I	1.820.000	I3659I	
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I	I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
4102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I
1068	IINTEGRALIZACAO DE CAPITAL NA	I	I	I I		I	I
	ISANEPAR PARA SISTEMAS DE AGUA E	I	I	I I		I	I
	ESSOTO	I	4262.00	I201I	500.000	I3659I	
		I	I	I I		I	I
4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I		I	I
	IAMBIENTE	I	I	I I		I	I
		I	I	I I		I	I
4502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I
2637	IPROGRAMACAO A CARGO DO IAP	I	4311.01	I071I	800.000	I3659I	
T O T A L					4.020.000	I	

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO	III	FL. 02	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ELI IFTI IRI	VALOR	IN. DOI IPROCI ICOP I
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1049	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	I	I I I		I I
1850	GERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE APROVEITAMENTO ENERGETICO	I	I I I	600.000	136591
		I	4110.00100IRI		

4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
4269	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	I	I I I		I I
1804	OBRAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE ESGOTOS SANITARIOS	I	I I I	600.000	136591
		I	4110.00120IRI		
4600	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
4676	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I	I I I		I I
2465	ADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HIDRICOS, CARTOGRAFIA E FUNDIARIA	I	I I I	600.000	136591
		I	4130.00109IRI		

T O T A L I 2.400.000 I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
1113.02.00	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
	Imposto s/ Operacoes Relativas a Circu- lacao de Mercadorias e s/ Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	00	3.220.000	

CANCELAMENTO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
1721.01.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Estados e do Distrito Federal	01	1.620.000	
1721.02.00	Titulos da Divida Agraria	09	800.000	
2119.02.00	Operacoes de Credito Internas-Vinculadas	20	800.000	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS			
	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL			
2521.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	800.000	
	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES VINCULADAS			
	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR			
2521.20.00	Operacoes de Credito Internas Vinculadas	20	800.000	
	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS			
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP			
2412.09.00	Transferencia de Titulos da Divida Agraria	09	800.000	

## Ofícios:

## À Diretoria Legislativa.

Sob o nº DTL/SAT/015/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Votado Integralmente o Projeto de Lei nº 703/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Criança Feliz", da Cidade de Palmital, já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 8.698, de 30 de dezembro de 1987. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs 014, 016 a 30/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

005/94: DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, fixa conforme especifica, a partir de 01.02.94, o vencimento básico mensal do Procurador-Geral de Justiça, e adota - outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.711. **Anote-se - Arquite-se.**

664/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO que, declara de Utilidade Pública a Assistência ao Menor Allan Kardec, com sede e foro no Município de Ubatã-Pr., o qual convertido em Lei tomou o nº 10.712. **Anote-se - Arquite-se.**

686/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Sertãozinho - APMI, com sede e foro no Município de Sertãozinho - Pr., o qual convertido em Lei tomou o nº 10.713. **Anote-se - Arquite-se.**

701/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Indianópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.714. **Anote-se - Arquite-se.**

691/93: De autoria do Deputado VALDEIR VILELA que, declara de Utilidade Pública o Lar da Criança Dr. Bezerra de Menezes, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº

**10.715. Anote-se - Arquivo-se.**

710/93: De autoria do Deputado JOÃO IENSEN que, declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Betesda, com sede e foro na cidade de Antonina - Pr., o qual convertido em Lei tomou o n° 10.716.

**Anote-se - Arquivo-se.**

690/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.717. **Anote-se - Arquivo-se.**

649/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina - Pr., o qual convertido em Lei tomou o n° 10.718. **Anote-se - Arquivo-se.**

704/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Moradias Flamboyant, com sede e foro no Município de Curitiba - Pr., o qual convertido em Lei tomou o n° 10.719. **Anote-se - Arquivo-se.**

685/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a Associação Criança Renal, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Pr, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.720. **Anote-se - Arquivo-se.**

072/91: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.721. **Anote-se - Arquivo-se.**

728/93: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI que, declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.722. **Anote-se - Arquivo-se.**

009/94: Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA que, reajusta em 60%, a partir de 01.02.94, os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.723. **Anote-se - Arquivo-se.**

006/94: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, reajusta em 60%, a partir de 01.02.94, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.724. **Anote-se - Arquivo-se.**

007/94: Do TRIBUNAL DE CONTAS que, reajusta, conforme específica, a partir de 01.02.94, os vencimentos do cargo de Consultor Técnico e dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.725. **Anote-se - Arquivo-se.**

008/94: Do TRIBUNAL DE CONTAS que,

reajusta em 60%, a partir de 01.02.94, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.726. **Anote-se - Arquivo-se.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 379**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 401/93, Mens. 041/93, item 03 (três), de autoria do Poder Executivo, da Ordem do Dia de hoje, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.03.94

(a) RENATO ADUR

Apoio: Oswaldo Trevisan

**REQUERIMENTO N° 380**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 226/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, item 02, da Ordem do Dia de hoje, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.03.94

(a) ALCEU SWAROWSKI

**REQUERIMENTO N° 381**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 044/93, item 05 (cinco), de autoria do Deputado Neivo Beraldin, da Ordem do Dia de hoje, e a formação de Comissão Especial composta pelas seguintes instituições: IAP, IBAMA, ALEP e Ministério Público, para discutirem o assunto sob o ponto de vista jurídico ambiental.

Sala das Sessões, em 14.03.94

(a) RENATO ADUR

Apoio: Oswaldo Trevisan.

**REQUERIMENTO N° 373**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção no Anais desta Casa de voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Irlã Arcoverde, Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

REQUER ainda, que do presente seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.03.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Irlã Arcoverde foi Juiz por muitos anos, tendo atuado em várias comarcas do interior, assim como na Capital. Membro de tradicional família de juristas, foi um incansável e reconhecido trabalhador.

Querido na comunidade, por onde passou ele deixou marcas de senso de justiça e ilibada conduta.

#### REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Dea do Carmo da Silva, ocorrido hoje, dia 10 de março, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Em certos momentos da vida, o melhor remédio é o conforto das pessoas que nos cercam.

A psicologia faz análises profundas, a respeito dos sentimentos de cada ser humano, onde existem os que em seus semblantes não transmitem a dor interna que sofrem, diversificados pelos meros acontecimentos do dia a dia, tanto do presente, como do passado.

Faleceu hoje nessa Capital, a Senhora Dea do Carmo da Silva, mãe da funcionária de nosso Gabinete Iolanda da Silva, com quem temos convivido diariamente ao longo desses mais de três anos e que aprendemos a admirar pelo trabalho que faz em favor de seus semelhantes.

Por essa razão, esse voto de pesar, deve ser enviado à mesma, neste Edifício, sala 202, 2° andar, e à sua irmã Telma da Silva, à Rua Carlos Klentz, 1410 - Bl. 2 - Ap. 2 - N/C. manifestando os sentimentos nossos, e também de todos os funcionários do Gabinete 202, do anexo Edifício Tancredo Neves, nessa Assembléia.

#### REQUERIMENTO N° 384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Chimel, ocorrido dia 27 de fevereiro de 1994, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Pessoa de grande estima e consideração perante a sociedade Ponta-grossense, onde deixará grande saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua João Cecy Filho, 378 - Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga, com as seguintes medidas e confrontações: "Tem seu início na barra do rio dos Patos com rio Lageadão, rio acima até o rio Alagado, subindo o rio Alagado até o rio Manduri, cruzando a BR-373, passando a direita da Igreja Manduri, daí segue em linha reta, passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com o Município de Prudentópolis, desce a Serra Passa Quatro até cair no rio Pederneiras, rio abaixo até o Arroio do Tigre, cruzando a BR-373, no Km. 64,5, descendo até o rio Bonito, até o rio Lageadão, divisa com Ivaí, descendo até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(aa) TOTI COLAÇO

ERONDY SILVÉRIO

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, com as divisas a seguir especificadas:

"Tendo como ponto de partido um marco cravado entre as margens do rio Caratuva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00'NW, com a distância de 7.950 m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com terras do Município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00'NE em 1.157 m.; 26°00'NW em 1.134 m. e 05°00'NW em 538 m., chegando às margens do arroio Junqueira. Deste ponto segue arroio abaixo com distância de 3.218 m., confrontando pela nova linha territorial de limite com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00'NE com distância de 4.210 m., chegando às margens do arroio do Ansolim. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva, com a distância de 6.940m., chegando na confluência do referido arroio com os rios Perdido e Caratuva. Deste se-

que em direção ascendente pelo rio Caratua confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati, com a distância de 9.632 m., chegando-se ao ponto onde se fez princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697,674 m.<sup>2</sup> (cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete metros quadrados e seiscentos e setenta e quatro milímetros)."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto presente visa atender ao pedido de lideranças locais que há muito pleiteiam a transferência da área mencionada no Art. 1º da proposição em tela, para o Município de Irati. Assim, sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares a esta reivindicação popular.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 059/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores do Jardim Guarany, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Moradores do Jardim Guarany, inscrita no C.G.C. sob n° 80.853.435/0001-10, com registro no Cartório de Registros e Documentos de Campo Largo, tendo sua sede no referido município, é uma entidade com finalidade filantrópica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme comprova o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Artigo 14, § 2º, n° 6, dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da Associação, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da entidade, achamos justo o seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 060/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Os rótulos das embalagens dos produtos comestíveis fabricados no Es-

tado deverão conter o índice de gordura dos mesmos e a advertência de que o seu consumo poderá elevar o nível de colesterol do consumidor.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias da data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Entendemos que a obrigatoriedade de inserção do índice de gordura dos alimentos e da advertência de que seu consumo poderá elevar o nível de colesterol do consumidor, a ser feita nos rótulos das embalagens é medida bastante salutar, visto que o cidadão será alertado sobre esses riscos, dado que a advertência se reveste de elevado alcance social.

PROJETO DE LEI N° 061/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Passa a ser obrigatoriedade nos setores de radiografia, públicos e privados o uso de proteção à base de chumbo, nas áreas do corpo a não serem radiografadas em adultos e crianças quando submetidos a exames, bem como a fixação de cartazes em locais onde possam ser vistos facilmente, expondo as razões desta medida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Desde a invenção do raio-x, a detecção acurada de várias moléstias se tornou muito mais possível.

Ninguém pode negar que os aparelhos de raio-x são absolutamente indispensáveis também no campo preventivo de várias moléstias, pois eles chegam a áreas do organismo humano onde o mais aguçado e experiente profissional da medicina e afins não poderia chegar, desprovido deste recurso.

Por outro lado, nenhum profissional da medicina ou afins em sã consciência, pode negar que o excesso de exposição do organismo humano a raio-x pode levá-lo a sequelas irreversíveis e males físicos de suma gravidade.

PROJETO DE LEI N° 062/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**



Art. 1º - Os jogos abertos do Paraná - JAP's, no ano de 1994, serão realizados no Município de Santo Antônio da Platina - PR.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria Especial de Esporte e Turismo, a celebrar convênio com a prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando estruturar o referido município para o evento em questão.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição ora levada à apreciação desta Casa, tem por objetivo estabelecer Santo Antonio da Platina como Município-sede dos Jogos do Paraná.

O referido Município se localiza em uma região estrategicamente privilegiada, centro do Norte Velho do Estado, reunindo, ainda as condições de infra-estrutura básica, para evento dessa natureza, tais como, hotéis, alojamentos, restaurantes, quadras esportivas etc.

O evento em questão conta com a boa vontade da administração municipal, que dará a contrapartida naquilo que lhe couber.

Desta forma, encarecemos aos Senhores Deputados a atenção e conseqüente aprovação da proposição ora em análise.

PROJETO DE LEI Nº 063/94

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 253/54, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

§ 29 - O de Arapoti com território desmembrado do Município de Jaguariaíva, sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

I - Com o Município de Jaguariaíva: começa na antiga estrada de Jaguariaíva e a calógeras no Ribeirão da Barra Mansa, sobe por este até o Ribeirão João Antonio seguindo pelo Valo Velho existente, rumo à contra vertente do Ribeirão João Antonio e por esta até o Ribeirão Jerivá, subindo por este até a sua cabeceira e daí em reta alcança um valo cortado pela estrada estadual de rodagem Curitiba-Jacarezinho, no quilômetro 212, segue pela margem direita dessa estrada até o Ribeirão dos Perdizes,

por este abaixo até o Rio das Cinzas e por este até a Barra do rio Redomona;

II - Com o Município de Wenceslau Braz: começa no ponto de cruzamento da antiga estrada Jaguariaíva/Calógeras com o Ribeirão Barra Mansa, segue pela estrada até o Ribeirão do Erval, daí em linha reta ao quilômetro 55 do ramal ferroviário do Paranapanema e daí por uma linha leste deste alcança a primeira água do Ribeirão da Natureza pelo qual desce e depois Ribeirão da Natureza até encontrar a linha que liga o quilômetro 15, do ramal ferroviário Ibaiti ao Salto Grande, no rio das Cinzas;

III - Com o Município de Tomazina: começa na foz do Ribeirão do Saltinho, no Rio das Cinzas, desce por este Salto Grande daí em reta, se dirige ao quilômetro 15 do ramal ferroviário Barra Bonita, até encontrar o Ribeirão da Natureza;

IV - Com o Município de Pinhalão: começa na cabeceira do Rio Café ou Anta Brava, desce por este até sua foz no Rio das Cinzas, e por este abaixo, até a foz do Ribeirão Saltinhos;

V - Com o Município de Ibaiti: começa no Rio Laranjinha ou do Peixe, na foz do arroio do Vinho, daí em reta à cabeceira do Rio do Café ou Anta Brava;

VI - Com o Município de Tibagi: começa na cabeceira do Lageado Quebra Pernas vai em linha reta, à cabeceira do Arroio Grande, desce por este até sua foz no Rio do Peixe ou Laranjinha, e por este abaixo até a foz do Arroio do Vinho;

VII - Com o Município de Piraí do Sul: começa na cabeceira do Lageado Quebra Pernas daí em reta alcança a cabeceira do Rio Redomona, desce por este até a sua foz no rio das Cinzas".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

A modificação do § 29 do artigo 1º da Lei nº 253/54, faz-se necessário, tendo em vista tratar-se de uma correção do referido texto no que se refere a uma delimitação imprecisa na divisa do município de Jaguariaíva com o Município de Arapoti, na região da antiga Fazenda Barreiro, especificamente no local onde, na redação citada é mencionado um lageado sem denominação.

Para estabelecer então uma delimitação correta, as autoridades e membros representativos das duas comunidades reuniram-se e após percorrerem o local em questão, na divisa de ambos os Municípios, verificaram, em comum acordo, que ali situa-se o Ribeirão João Antonio.

Sendo assim, os Prefeitos e demais representantes dos citados Municípios firmaram um termo de acordo, reconhecendo que a divisa dos mesmos faz-se no Ribeirão João Antonio, seguindo pelo Valo Velho existente, rumo à contra vertente do Ribeirão João Antonio e, conforme o texto original, até o Ribeirão Jerivá, prossequindo os demais pontos de acordo com o estabelecido na mencionada Lei.

Portanto, é necessária esta alteração do Parágrafo 29, da referida Lei, para que as divisas fiquem estabelecidas com precisão, conforme concordaram as autoridades e demais membros dos municípios em questão.

PROJETO DE LEI N° 064/94  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso - APMII - do Município de São Manoel do Paraná, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso - APMII - do Município de São Manoel do Paraná, tem por objetivo prestar atendimento à:

Maternidade - através da orientação e acompanhamento médico em geral da gestante, bem como o pré-natal;

Infância - através do atendimento médico, odontológico, alimentação, agasalhos, com horta comunitária infantil, onde as crianças de famílias reconhecidamente pobres, possam cultivar e colher os alimentos básicos e necessários para uma boa alimentação familiar;

Idoso - através do acompanhamento médico, medicamentos, agasalhos e alimentação do idoso reconhecidamente carente.

Tendo em vista ser uma Associação de um Município recém-criado, havendo, entretanto, muitas pessoas carentes necessitando de todo tipo de atendimento, a mesma atravessa por uma série de dificuldades, uma vez que não possui uma sede para sua instalação ou mesmo creche, não recebendo verbas ou qualquer outro tipo de ajuda, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei que, se aprovado por esta Casa, trará muitos benefícios à referida entidade.

PROJETO DE LEI N° 065/94  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná incumbido das tarefas de fiscalização, quanto ao cumprimento das normas técnicas de segurança de operação, dos sistemas privado e público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas no território paranaense.

Art. 2° - Constatada a infringência de normas técnicas de operação de silos e armazéns de produtos agrícolas, que coloque em risco as instalações e/ou integridade física de usuários ou operadores, o Poder Executivo deverá proceder à atuação administrativa e aplicar à pessoa física ou jurídica responsável a sanção de interdição temporária ou definitiva de funcionamento da unidade respectiva, cumulativamente com a sanção de multa no valor de 1000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR's e máximo 10000 (dez mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR's, conforme juízo administrativo de maior ou menor gravidade do fato.

Art. 3° - O Poder Executivo editará, no prazo de 15 (quinze) dias contados na promulgação desta lei, decreto em que definirá o órgão ou entidade oficial responsável pela aplicação das atribuições definidas nesta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

As explosões registradas no Rio Grande do Sul, as duas que ocorreram no Porto de Paranaguá e a havida no entreposto da Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Itaipu, no Município de Assis Chateaubriand, esta última tendo resultado em morte de quatro trabalhadores, são fatos a conferir justa causa à presente proposição.

Decorre a iniciativa, ainda, da verificação de que inexistente na Administração Pública, de todos os níveis, órgão ou entidade responsável pela fiscalização, quanto às normas técnicas de segurança de operação, das atividades de silagem e armazenagem de produtos agrícolas.

Assim, colima o presente projeto remeter ao Poder Executivo do Estado as responsabilidades que lhe são próprias, oferecendo-lhe os meios sancionatórios adequados.

Para instrução complementar, procede-se à juntada de reportagens de 26.06.1993 e 04.09.1993, do jornal "Folha de Londrina".

PROJETO DE LEI N° 066/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Guamiranga, desmembrado do Município de Ibituva, com as divisas a seguir especificadas:

"Começa na barra do rio dos Patos com o Rio Lageadão, rio acima até o rio Alagado, subindo o rio Alagado até o rio Manduri cruzando a BR-373, passando a direita da Igreja do Manduri, daí segue em linha reta, passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com o Município de Prudentópolis, desce a Serra Passa Quatro até cair no Rio Pederneiras, rio abaixo até o Arroio do Tigre cruzando a BR-373, ao Km 64,5, descendo até o rio Bonito, até o rio Lageadão, divisa com Ivaí, descendo até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(aa) TOTI COLAÇO  
ERONDY SILVÉRIO

PROJETO DE LEI N° 067/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Foz do Jordão, com área de 213,3 Km<sup>2</sup>, formado com área desmembrada do Município de Cândói, com as seguintes divisas:

"Inicia-se no Km 404,7 da Rodovia BR-373 que liga a BR-277 a Pato Branco; deste ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do córrego denominado Talaveira, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o Município de Cândói no sentido Sudoeste até o rio Jordão; deste segue pela margem direita do referido rio, agora confrontando com o Município de Pinhão, no sentido Sudoeste até o rio Iguaçu, deste segue pela margem direita do referido rio, agora, confrontando com o Município de Mangueirinha, no sentido Sudoeste até o Km 427 da BR-373, cabeceira da ponte que liga Cândói a Mangueirinha, deste segue pela referida Rodovia no sentido Noroeste, confrontando com o Município de Cândói até o Km 404,7 da Rodovia BR-373 onde iniciou-se e encerra-se a presente descrição".

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Foz do Jordão:  
área: 217,85 hectares.

"Iniciando o marco 0=PP cravado nas confluências de terras pertencentes a CRISTIANO WOLFF e margem direita da Es-

trada Municipal GA-520 sentido BR-373/Segredo, deste marco segue com o azimute AZ 113°33'57" e distância de 380,41m confrontando com CRISTINA WOLFF até o marco n° 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância 89,56m. até o marco n° 02, com AZ 206°22'56" e distância 122,88m. até o marco n° 03, com AZ 206°36'46" e distância 112,62m. até o marco n° 04, com AZ 291°25'29" e distância 124,57m. até o marco n° 05, com AZ 193°02'35" e distância 494,41m. até o marco n° 07, com AZ 94°36'38" e distância 291,06m. até o marco n° 08, todos confrontando com o Reflorestamento Morro Verde (Trombini); deste segue com AZ 183°16'14" e distância 261,60m. até o marco n° 09, AZ 190°50'19" e distância de 199,93m. até o marco n° 10, AZ 271°17'53" e distância de 53,99m. até o marco n° 11, AZ 281°44'57" e distância de 92,53m. até o marco n° 12, AZ 180°46'15" e distância 167,57m. até o marco n° 13, todos margeando a Estrada de acesso ao Aeroporto e confrontando com VINÍCIOS REIS e outros; deste segue com AZ 217°39'34" e distância 157,44m. até o marco n° 14, com AZ 269°07'37" e distância 82,85m. até o marco n° 15, com AZ 183°19'05" e distância 287,84m. até o marco n° 17, com AZ 346°37'47" e distância 310,45m. até o marco n° 18, com AZ 281°39'43" e distância de 289,99m. até o marco n° 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m. até o marco n° 20, todos confrontando com JOÃO MAURINA, deste segue com AZ 329°56'17" e distância 90,92m. até o marco n° 21, com AZ 330°19'30" e distância 613,98m. até o marco n° 22, confrontando com ALDINO HINTINGER; deste segue com AZ 327°31'52" e distância 101,96m. até o marco n° 23, com AZ 328°09'43" e distância 104,20m. até o marco n° 24, com AZ 274°52'43" e distância 92,99m. até o marco n° 25, com AZ 38°58'25" e distância 309,56m. até o marco n° 26, AZ 49°23'25" e distância de 94,37m. até o marco n° 27, com AZ 33°37'40" e distância de 81,99m. até o marco 28, com AZ 37°44'13" e distância de 501,94m. até o marco n° 29, todos confrontando com ZALMIR FARIAS e outros; deste segue com AZ 105°15'51" e distância de 128,98m. até o marco n° 30, com AZ 103°36'41" e distância 115,53m. até o marco n° 31, com AZ 99°54'02" e distância 68,90m. até o marco n° 32, todos confrontando com WALTER PFLANZER, deste segue com AZ 82°00'20" e distância 343,26m. até o marco n° 33, com AZ 359°16'10" e distância 199,61m. até o marco n° 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m. até o marco n° 35, confrontando com IDAVINO POSSAMAS, e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e distância de 196,59m. confrontando com CRISTIANO WOLFF até o marco n° 0=PP onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, João Iensen, Rossoni, Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, vem ao encontro de aspiração da comunidade, que de acordo com as autoridades municipais locais, reivindicam sua emancipação.

Considerando-se que reúne todas as condições exigidas pela legislação vigente, esperamos de nossos pares nesta Casa, a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ano passado tivemos episódio na Assembléia Legislativa que me preocuparam. Episódios esses que traziam o nome de uma pessoa honrada, de uma pessoa honesta, uma pessoa empreendedora, uma pessoa trabalhadora. Falo, alto e bom som, do meu primo Mauro Fregonese - Diretor da Empresa Phonesul ao qual foi acusado de irregularidades sem ter cometido alguma. Pessoa essa que, desde o início se dizia inocente, se dizia pagando por ter tido uma grande idéia. Idéia essa copiada em inúmeros Estados do Brasil: em São Paulo, em Minas, no Rio de Janeiro e em outros Estados da Federação. Acontece que a política usada para a destruição prejudicou a empresa Phonesul, dando prejuízos incalculáveis e irreversíveis ao seu patrimônio e dando prejuízos morais que não têm preço. Hoje venho aqui, nesta tribuna, dizer exatamente o que dizia o Diretor-Presidente da Phonesul quando veio a esta Assembléia conversando comigo e com outros Deputados, principalmente com o Deputado Florisvaldo Fier no qual disse ao Deputado Florisvaldo Fier: "A minha empresa está aberta, a contabilidade, as portas, as gavetas, tudo o que o Deputado quiser verificar. Deputado este, Florisvaldo Fier, sério, do Partido dos Trabalhadores.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a política não pode ser usada por pessoas que, num dado momento, demonstram a total falta de equilíbrio psicológico e a total maldade em seu coração. Pessoas que não têm o mínimo de escrúpulo em destruir empresas bem sucedidas e desempregar pessoas, centenas de trabalhadores que tinham um emprego garantido.

O Sr. Presidente, em minhas mãos o despacho do Poder Judiciário no qual isen-

ta de todas as acusações a empresa Phonesul. Não vamos falar em TELEPAR, não interessa a TELEPAR, interessa sim que o nome de um Fregonese estava em jogo. E em nome de um Fregonese eu assino embaixo.

Srs. Deputados, a Justiça isentou a empresa Phonesul de todas as aberrações, as tramóias, as sacanagens que ela foi cometida. E eu trago, na minha mão direita, o relatório do Tribunal de Contas da União, no qual isenta a Phonesul e diz em um de seus parágrafos: "No que tange à comercialização de terminais telefônicos, em face dos novos elementos acostados aos autos, formulo juízo no sentido de que a Telepar poderá a seu critério admitir a subcontratação com qualquer empresa, inclusive a Phonesul".

Srs. Deputados, quem conhece o diretor Presidente da Phonesul e inúmeros Deputados conhecem, sabem da sua honestidade, sabem da sua integridade, da sua capacidade de trabalho e graças ao mau político, a um exemplo do que não se deve fazer, ao bem dos outros, essa empresa teve um prejuízo monstruoso, sem dizer daqueles...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Seu tempo está esgotado.

Está concedido o horário do PTB.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - ...daquelas 1000 pessoas que dependiam desse trabalho, perderam o seu emprego e estão aí engrossando a fila dos desempregados. Empresa essa que quando atuou foi mais eficiente que a própria TELEPAR na comercialização de telefones em toda a história da TELEPAR. Srs. Deputados, eu venho aqui hoje com a alma lavada, porque não era um espinho na minha garganta, era um osso que estava atravessado, porque trazia o nome de um único primo de sangue que eu tenho no Estado do Paraná, pessoa essa que quem o conhece, sabe de toda a sua integridade e de toda a sua capacidade.

Gostaria que os maus políticos, aqueles que só pregam o mal, aqueles que acusam e não provam nada, refletissem, se penitenciassem e tentassem não prejudicar nunca mais ao próximo, porque de políticos assim, o Brasil não precisa, não precisa de pessoas que tentam denegrir e destruir o seu semelhante.

O SR. NILTON BARBOSA - V.Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte? (Assentimento).

Eu quero parabenizar Vossa Excelência pela defesa que faz à pessoa de Mauro Fregonese, nosso particular amigo e no sábado ainda, partilhávamos com ele da alegria e da satisfação em ter resultado do julgamento no Supremo, de seu nome. Mauro, que aprendemos a admirar e aprendemos a acompanhar o seu trabalho, a sua idoneidade.

Por isso parabeno Vossa Excelência e digo que também estou feliz em saber que o nome do nosso Mauro Fregonese não é aquilo que se comentou, não é aquilo que se caluniou.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Agradeço ao Deputado Nilton Barbosa e eu pediria ao Senhor Presidente que fossem transcritos nos Anais da Casa, como meu depoimento, o relatório do Tribunal de Justiça e do TCU, para mostrar a todo o Paraná, a licitude de quem trabalha e eu encerro, Senhores Deputados, repetindo a matéria colocada pela Diretoria da Phonesul em todos os jornais do Brasil e do Estado do Paraná.

#### PHONESUL

##### A VERDADE

O que ocorreu com nossa Empresa foi algo tão absurdo, que nem mesmo no tempo da ditadura militar presenciámos algo assim. Fomos atacados moralmente, fomos acusados de prejudicar a população através de superfaturamento de preços, fomos taxados de incompetentes, enfim sofremos as piores agruras que possam existir, um verdadeiro racismo perverso por parte de um corporativismo nocivo à sociedade Brasileira (SINTEL/PR), que não vê limites para atingir seus objetivos monopolistas, mesmo que para isso desempreguem centenas de pessoas em tempos difíceis e depois venham apregoar aos sete ventos sua preocupação com os trabalhadores.

Tivemos que ir buscar nossos direitos fora daqui, tamanha pressão, política exercida por estes verdadeiros assaltantes da dignidade alheia, onde através de insensatez e do ódio fizeram um cerco tão grande que intimidaram até algumas autoridades locais e criaram um sensacionalismo inescrupuloso, que avançou sobre a lei, sobre o bem e o mal, inibindo qualquer senso de justiça, nos levando a uma condição de réu sem proteção dos direitos mínimos, que possam resguardar qualquer cidadão ou empresa, isto é muito perigoso, porque nos deixa à mercê dos que têm o ódio como filosofia, e a destruição como trabalho. Põe em risco nossa segurança assim como a de nossos filhos, anula a democracia. Espero, realmente, como passaporte para o Brasil que todos querem ver que o poder judiciário, e a própria Procuradoria da República, nos amparem agora, na hora de fazermos prevalecer a justiça, de reavermos nossos danos materiais (que foram muitos) e os morais que não tem preço, para que possamos dar um basta, coibindo a todos aqueles que apregoam mentiras camufladas de ideais, responsabilizando-os por toda humilhação e desgraça que impõe a qualquer um que se atreva a concorrer nas suas atividades colocando-os

talvez, expostos à sua verdadeira condição de sanguessugas dos trabalhadores e da nação.

A DIRETORIA

#### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.<sup>a</sup> REGIÃO

AGRAVOS REGIMENTAIS NOS N.ºS  
93.04.44491-8/PR e 93.04.44897-2/PR

#### DESPACHO

A pretensão dos agravantes é de cassar as decisões, fazendo cessar a ingerência na administração da impetrante (TELEPAR), que reputa indevida. Consubstancia-se a mesma, mediante a invocação do art. 7.º caput e parágrafo único e ainda o art. 10 da Lei 8.429/92, o primeiro facultando ao Ministério Público postular a indisponibilidade dos bens de indiciado em inquérito e o segundo definindo com propriedade os atos administrativos que importam em improbidade, em decretar a indisponibilidade dos bens de propriedade dos agravantes.

A fundamentação do MM.Juiz "a quo", recém confirmada, em parte, pela Egrégia Presidência, revela que o primeiro, louvando-se em suspeitas de improbidade administrativa que escassamente especifica, mais parecendo fundar-se em um estranho "in dubio contra reo", reputa, por isso mesmo, lesiva ao patrimônio público a conduta dos mesmos, porque entende que a subcontratação, por parte das adjudicatárias da licitação, de uma empresa, para realização de parte dos serviços objeto da licitação configura improbidade administrativa a luz daquele diploma legal que tutela a probidade administrativa.

Dispensou-se S.Exa. o MM.Juiz "a quo" de consultar o Estatuto das Licitações, tanto o Dec.Lei 2.300/86 como a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõem, o primeiro, no art. 62 e o segundo no art. 72 sobre a possibilidade legal de "subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido em cada caso, pela Administração".

Havendo portanto, amparo legal para a conduta inquinada, militando a presunção de licitude a favor dos impetrantes, somente caberia ao MM Juiz o exame do consenso, prévio ou "a posteriori", da dona do projeto, a TELEPAR, que por figurar no rol dos acionados, manifestou-se também em juízo, justificando o seu consentimento.

Este consentimento, vindo assim plenamente amparado em texto expresso de lei, não poderia ser objeto de suspeitas de improbidade, "tout court", à míngua de fatos que indicassem vícios nos atos administrativos como prevê o Código Civil ao elencar as causas de nulidade dos atos jurí-

dicos em geral como a coação, a fraude e a dissimulação (art. 147).

A circunstância mais relevante no sentido do deferimento do pedido do Ministério Público foi o fato de haver determinação do TCU para imediata sustação da subcontratação da empresa Phonesul S/C Ltda, porém o próprio despacho liminar esclarece que considerou prejudicado o pedido do Ministério Público nesse mesmo sentido, razão portanto suficiente para sobrestar no exame do pedido subsequente, aditado pelo M.P., no temor de uma eventual restauração da comercialização, já que não fora a TELEPAR quem determinara aludida sustação, mas o TCU, que deveria em obediência a normas procedimentais, suspender dita sustação, tão logo o requeresse a parte oferecendo recurso.

Atendendo ao M.P., o MM. Juiz "confirmou a sustação determinando o prosseguimento da comercialização diretamente pelas empresas empreendedoras", desta vez opondo-se à vigência de norma procedimental daquele Tribunal, isto é, perpetuou um ato que se achava sub judice ao Tribunal competente, sem conhecer as razões da decisão, dando azo a que este último profira julgamento ultrapassado, inútil, bem como determinando às empresas fazer o que a lei não manda.

Para justificar sua cautela invocou ainda o MM Juiz "eventual existência de "caixinha" realizada por um cartel de empreiteiras, com a anuência da diretoria executiva da TELEPAR, destinada a garantir privilégios a empresas prestadoras de serviços, atitudes estas que se concretizadas caracterizariam atos de improbidade"(fls). Esta é uma referência que não poderia de nenhum modo ser feita sem remissão precisa a alguma peça probatória, eis que não é dado ao Juiz louvar-se em meras conjecturas de parte para fundar medidas concretas de intervenção no domínio econômico e moral das partes. Não o fez, insubsistindo, por conseguinte, tal evidência invocável a título de "fumus boni juris".

Quanto à prática de preço acima do estipulado por Portaria MTC 180/92 (US\$ 1.200,00) por terminal telefônico), para terminais que em razão da subcontratação estariam sendo colocados no mercado por valores superiores, ficou demonstrado pela documentação farta carregada aos autos que não só tais valores não são trespassados pela subcontratada, que se limita inscrever os pretendentes, que pagam diretamente às empreendedoras o valor em cruzeiros, não podendo configurar uma tal circunstância qualquer abuso da subcontratada ainda que em nome da dona do projeto (TELEPAR), como também limitou-se a impretante TELEPAR a reajustar aquele valor em moeda estrangeira de acordo com a variação pre-

vista na Coluna 27 da FGV, que a constatou um pouco superior à variação cambial. Desta forma, até o momento, nesse particular, não há evidência de licitude que possa ser tida por "fumus boni juris".

No que tange à cessão de uma loja à Phonesul pela TELEPAR (questão de nível 164), para fins de processamento da comercialização dos terminais demonstraram os impetrantes que além de ser temporária tem a finalidade de desincumbir-se a subcontratada de encargo que licitamente lhe tinha sido transferido, sendo prematuro afirmar qualquer ofensa aos princípios de isonomia e impessoalidade que devem presidir os atos administrativos.

Quanto ao superfaturamento na aquisição de imóveis, fato invocado no despacho inquinado, o próprio impetrado é o primeiro a colocá-lo em dúvida, adjetivando-o de eventual, o que o desqualifica como prova preconstituída, apta para justificar tão graves cautelas.

A falta de capacidade técnica da Phonesul não foi analisada em correlação com os serviços por ela efetivamente prestados, que se limitam à mera comercialização de terminais telefônicos, não à sua instalação. Ora, que haverá de tão complicado, a ponto de exigir-se especial qualificação, na simples tarefa de vender terminais telefônicos? Ao que tudo indica, esse serviço lhe foi transferido por demandar operações repetitivas, enfadonhas mesmo, de escrituração de compromissos padronizados, não por haver complexidade ou necessitar de habilidade especial. Descarto, por conseguinte, mais essa alegação de fato como imprestável para ser elencada como evidência de "fumus boni juris".

O afastamento da diretoria da TELEPAR, a cautela mais drástica tomada pelo MM. Juiz "a quo", que nega repetitivamente tratar-se de qualquer tipo de sanção ou punição, sendo "mera providência acautelatória reclamada não apenas pelo critério de necessária transparência, mas principalmente pela moralidade administrativa" (fls.) só por si já representa uma satisfação definitiva, ainda que parcial do pedido. Note-se que o MM. Juiz pressentiu a sua temeridade, tanto que invocou até mesmo a data de entrega dos cargos noticiada não se sabe onde nem por quem, eis que tal fato é negado pelos impetrantes e não há qualquer desmentido nos autos, como argumento justificativo. Nem o argumento de que se buscava prevenir interferências indébitas na investigação dos fatos seria plausível, pois conforme se acha sobejamente comprovado o processo, como já antes, o inquérito, se acha fartamente documentado e instruído, não se ouvindo testemunha alguma dizer que sofre qualquer as-



sédio para distorcer a verdade em seus depoimentos, culminando com o fato inconteste de que a Procuradoria da República foi prontamente atendida em todas as suas requisições de prova, haja vista que a diretoria chegou a enviar 27 caixas-arquivos com documentos atinentes aos empreendedores. Então, prevenir o que com semelhante cautela (?), eis a indagação que se impõe e que não encontra qualquer resposta plausível. Não há como reputar necessário o afastamento de uma diretoria que não se furta a atender com lealdade, as requisições do Ministério Público, cooperando no esclarecimento da verdade. Daí por que não me convenci das asseverações de inexistência de caráter sancionatório em dita cautela, mesmo porque, são inúmeras as invocações de motivos de moralidade administrativa, sem o indispensável confronto com conduta típica e concreta e sua objetiva comprovação nos autos. Concluo pois, pela insubsistência de justificativas para tão drástica a satisfativa cautela, que em contrapartida se revela tão nociva para os impetrantes e com eles, a autarquia que administram.

Das três providências liminares, elencadas pelo autor, 1) sustação das subcontratações celebradas entre os consórcios de empresas empreendedoras e a Phonesul, 2) afastamento dos membros da atual diretoria executiva da TELEPAR, até o trânsito em julgado da ação principal, 3) indisponibilidade dos bens dos membros da diretoria executiva da TELEPAR e da PHONESUL, a primeira foi adotada pela diretoria da Telepar, em obediência ao TCU, tendo havido recurso, a segunda perdura ainda e a terceira já foi cassada por despacho da presidência desta Corte. Desta sorte, merecerá consideração no dispositivo deste despacho a segunda, por perdurarem ainda os seus efeitos indesejáveis.

Não decorrendo, pois, a sustação da subcontratação da PHONESUL diretamente do despacho liminar do MM. Juiz "a quo", mas de ato do TCU, ao qual acresceu o Juízo determinação para que as consorciadas assumissem diretamente a comercialização dos terminais telefônicos, o pedido de restauração da subcontratação só pode ser conhecido por esta Corte indiretamente, pela via da reforma do aditamento ao despacho liminar, uma vez que não foi proveniente de ato judicial a sua sustação. Dependendo de determinação do próprio TCU, não poderá ser suprido nesta instância. Assim sendo, conheço em parte do pedido para anular a determinação do juízo de comercialização dos terminais diretamente pelas empreendedoras decidindo a respeito livremente a Telepar, sem prejuízo da jurisdição do TCU.

Configurando as medidas em análise

atos que ofendem direitos líquidos e certos dos Impetrantes, que se utilizaram do recurso cabível, agravo de instrumento, que por não ter efeito suspensivo não é instrumento idôneo para fazer cessar de imediato o abuso de que estão sendo alvo, conheço do agravo interposto por TELEPAR e Outros e lhe dou provimento para determinar a reintegração dos impetrantes nominados na inicial nos cargos que ocupavam na diretoria.

Conheço também do agravo interposto por PHONESUL, parcialmente, tão somente para anular a medida judicial determinante da comercialização diretamente pelas consorciadas, decidindo livremente a respeito a Telepar, observadas a orientação do TCU.

Comunique-se e intimem-se.

Porto Alegre, RS, em 10.02.94

JUIZ DORIA FURQUIM

Relator

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Passa a ler o relatório do Tribunal de Contas da União.

GRUPO II - CLASSE VII - PLENÁRIO  
TC-012.262/93-5

Interessado: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado do Paraná - SINTEL/PR.

Assunto: Denúncia a respeito de irregularidades que estariam ocorrendo na Telecomunicações do Paraná - TELEPAR S/A.

Anexo TC-014.057/93-0

Interessados: Deputado Estadual Bona Turra e outros.

Assunto: Denúncia contra o Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR.

Emenda: Denúncia a respeito de irregularidades que estariam ocorrendo na Telecomunicações do Paraná - TELEPAR S/A. Considerar prejudicada a Determinação 8.1 da Decisão nº 169/93 - TCU - Plenário e os recursos contra ela interpostos. Formular determinações à TELEPAR.

Cuidam os autos de denúncias de irregularidades que estariam ocorrendo na Telecomunicações do Paraná - TELEPAR S/A.

2. A Equipe da SECEX-PR esclarece que:

a) atendendo à Decisão nº 169/93 - TCU - Plenário e ao Despacho deste Relator, exarado no TC-014.057/93-0, anexo, "o Senhor Paulo Roberto Cordeiro - Presidente da TELEPAR, a Diretoria Executiva, os Membros do Conselho Fiscal dos exercícios de 1992 e 1993 e os Membros do Conselho de Administração da Telecomunicações do Paraná S.A., apresentaram razões de justificativas para a compra de dois prédios com preços acima do mercado, a reforma, do prédio da Telefonia Celular, sem licitação

e aquisição de 27 veículos da firma Gaia Veículos Ltda";

b) o Diretor-Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, apresentou Pedido de Reexame da Decisão n° 169/93 - Plenário, e à PHONESUL interpôs recursos contra a referida Decisão.

3. Após analisar as razões apresentadas pelos dirigentes da TELEPAR, o Pedido de Reexame e o Recurso interposto (fls. 593/609), a Equipe da SECEX-PR concluiu "que as justificativas apresentadas não elidem as irregularidades/falhas apontadas no Relatório, permanecendo, dessa forma, as seguintes pendências:

a) inobservância ao contido na Carta-Circular n° 6410/019/92, de 23.09.92, da TELEBRÁS, pela assinatura dos contratos n° 005/92-EGC (pacote laranja), n° 006/92-EGC (pacote vermelho) e n° 001/93-EGC (pacote violeta), face estar salientado na referida Carta-Circular que os projetos ainda não iniciados, ou seja, sem contrato formal, deverão ter sua execução postergada;

b) comprometimento do caráter competitivo de procedimento licitatório, referente ao pacote violeta (concorrência n° 137/92 - EGC), considerando que na época da abertura de propostas técnicas e comerciais vigorava uma forma mais vantajosa de ser efetuado o aporte financeiro à empresa empreendedora do que a prevista no processo de habilitação (Edital n° 001/91-EGC). Esta mudança no processo do ressarcimento poderia despertar o interesse de empresas que não participaram do procedimento de habilitação inicial por considerá-lo de grande risco e não puderam participar do certame com a forma mais vantajosa de ressarcimento, face a previsão constante no Edital da fase de abertura das propostas técnicas e comerciais de estar o certame restrito apenas às empresas habilitadas (fls. 515);

c) liberação da participação financeira da TELEPAR, após execução de etapas da obra, em incompatibilidade com a previsão das entradas de receitas financeiras que as empreendedoras tomaram por base para fixar o preço de implantação, visto que a sistemática inicial era de que o aporte financeiro ocorreria exclusivamente com as receitas de comercialização dos terminais. Dessa forma, a liberação da participação financeira da TELEPAR deveria estar condicionadas à comercialização dos terminais e não pela execução de etapas de obras;

d) manutenção da diferença de preços entre os terminais residenciais e comerciais para efeitos de remuneração das empreendedoras, mesmo após a unificação dos preços de comercialização, considerando que os dois tipos de terminais possuem custos de implantação iguais, o que causa

prejuízo à TELEPAR que é responsável pelo aporte financeiro correspondente à diferença entre o preço de comercialização e o preço de implantação, arcando dessa forma, com participações financeiras maiores pelos terminais comerciais;

e) inexistência de aprovação prévia pela TELEPAR e exigida nas cláusulas contratuais (fls. 538) pela subcontratação da empresa PHONESUL - Comercialização de Equipamentos e Terminais Telefônicos S/C Ltda, efetuada pelos empreendedores;

f) ausência de precaução por parte da TELEPAR na aceitação da interveniência da PHONESUL para executar os serviços de comercialização dos terminais telefônicos, face a não comprovação de que esta empresa possui capacidade para executar estes serviços repassados pelas empreendedoras, que pode implicar na gestão de uma soma elevada de receitas de vendas, considerando que a PHONESUL sequer consta no cadastro de fornecedores da TELEPAR e dessa forma não logrou comprovar a capacidade jurídica e técnica, a idoneidade financeira e regularidade fiscal;

g) disponibilidade à PHONESUL do Nível 041 (164), para ser utilizado na comercialização dos terminais telefônicos, não obstante a Prática TELEBRÁS 415/200/154 (Padrão), de 01.07.92, determinar que a finalidade do Nível Especial 16x é facilitar o acesso aos serviços básicos telefônicos, caracterizando benefício à PHONESUL pois após a desativação deste Nível Especial da Série 16x, atualmente a série está sendo utilizada pela TELEPAR e por Entidades que prestam serviços de utilidade pública e a inclusão da PHONESUL proporciona a esta empresa a imagem, para o público, de que esta empresa também presta serviços públicos à comunidade;

h) cessão irregular à PHONESUL do espaço físico pertencente à TELEPAR na Rua da Glória, 393, térreo, para a abertura de ponto de venda de terminais telefônicos sem ônus para a PHONESUL e sem documento de suporte, demonstrando que a empresa foi beneficiada com privilégios incompatíveis em se tratando de simples subcontratada que não se submeteu a um procedimento licitatório;

i) preço praticado na comercialização dos terminais telefônicos acima do limite previsto na Portaria MIT n° 180/92 e na Carta-Circular 6410/019/92 da TELEBRÁS, prejudicando a meta prevista na referida Portaria, de incorporar maior parcela da população na assinatura do serviço telefônico público;

j) infringência do art. 8°, I, do Decreto-lei n° 2.300/86 ao ser contratado o autor do projeto para executar a obra de reforma da loja de comercialização da telefonia celular, visto que a execução do



projeto e a contratação da obra de reforma não foram precedidas de licitação.

l) emissão da Autorização de Fornecimento n° 70.053, referente à contratação dos serviços de reforma da loja de comercialização de telefones celulares, em 20.07.92, quando a solicitação de dispensa de licitação, alegando situação emergencial, só ocorreu em 27.07.92, caracterizando que a referida solicitação de dispensa de licitação só foi emitida para regularizar a situação de inexistência de prévio procedimento licitatório;

m) infringência aos arts. 33 e 38, I do Decreto-lei n° 2.300/86 ao ser aceita a proposta da empresa Gaia Veículos Ltda (representante dos Veículos Lada) na Concorrência n° 146/92-ADA, quando esta empresa não comprovou possuir concessionárias para prestar assistência técnica e manutenção preventiva nas localidades definidas no respectivo edital;

n) aditamento em até 100% do objeto licitado na Concorrência n° 146/92.ADA, em desacordo com o § 1° do art. 55 do Decreto-lei 2.300/86 e Parecer CS-11/90, de 31.05.90, da Consultoria-Geral da República;

o) aquisição do imóvel, sito a Rua Emiliano Pernetá n° 777, locado para a empresa INCEPA-Indústria Cerâmica Paraná S/A, para instalar a loja de comercialização e demais Departamentos da Telefonia Celular, em 12.06.92, quando a ativação do serviço móvel celular ocorreu em 30.08.92, conforme Memorando n° 029/92 (fls. 200), caracterizando que este imóvel não foi a apropriado para as necessidades urgentes da TELEPAR de instalar os Departamentos de Telefonia Celular, considerando que, atualmente, a loja de Comercialização e demais Departamentos da Telefonia Celular estão instalados em imóvel de terceiro e não há garantias de que o imóvel adquirido seja desocupado a tempo, o que pode ocasionar mais prejuízos à concessionária".

4. Em razão do exposto, formula, com o endosso do Senhor Diretor da 2ª Divisão Técnica e do Senhor Secretário da SECEX-PR, as seguintes propostas:

"1. acolher as razões de justificativas apresentadas pelo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, pelos membros da Diretoria Executiva, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, nos exercícios de 1992 e 1993, relativamente à aquisição do imóvel, sito a Rua da Glória, 393, restando injustificadas as irregularidades referentes a aquisição do imóvel sito à Rua Emiliano Pernetá, 777, contratação de obras de reforma da loja da Telefonia Celular, e compra de 27 veículos da empresa Gaia Veículos Ltda;

2. aceitar o Pedido de Reexame à Decisão n° 169/93 do Plenário do TCU, Sessão

de 27.10.93, Ata n° 53/93, interposto pelo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, negando-lhe provimento, visto que as justificativas, apresentadas não elidiram as irregularidades apresentadas no Relatório;

3. aceitar o Recurso de Reconsideração à mesma Decisão, interposto pela PHONESUL - Comercialização de Equipamentos e Terminais Telefônicos S/C Ltda, ressaltando que o instrumento cabível para esta finalidade é o Pedido de Reexame, face a matéria que trata o presente processo, negando-lhe provimento, visto que as justificativas apresentadas não elidiram as irregularidades apresentadas no Relatório;

4. manter a determinação de ser sustada a subcontratação da empresa PHONESUL - Comercialização de Equipamentos e Terminais Telefônicos S/C Ltda, nos termos do artigo 45, da Lei n° 8.443/92, face a irregularidades indicadas nos autos;

5. determinar audiência prévia do Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, bem como de toda a Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa, nos exercícios de 1992 e 1993, para apresentarem razões de justificativa quanto às irregularidades referentes à implantação do Plano de Atendimento Integral de Demanda-PAID (alíneas "a" a "i" desta conclusão)."

5. Encontram-se, ainda, acostados aos autos:

a) Termo de Contrato que entre si celebraram a TELEPAR e o Consórcio EQUITEL/FURUKAWA/INEPAR (fls. 525/576), que em sua cláusula 11.23 (fls. 538) dispõe:

"11.23 - Submeter à aprovação prévia da TELEPAR sua intenção de subcontratar materiais, equipamentos ou serviços de Terceiros não habilitados no processo licitatório, para execução do objeto do contrato, sujeitando-se, na hipótese de obtida a autorização, às seguintes condições:

c) a TELEPAR, a qualquer tempo, poderá pedir a substituição ou eliminação de determinada subcontratada, nos casos em que esta não atenda às condições estabelecidas neste contrato sem que tal pedido dê à CONTRATADA direito a ressarcimento de quaisquer danos, ou prorrogação da data fixada para o final das obras ou serviços";

b) Proposta da atual Diretoria Executiva da TELEPAR (fls. 656/659) no sentido de:

- Determinar aos Empreendedores a imediata desabilitação da PHONESUL para comercializar os terminais telefônicos do PAID.

- Assumir pela TELEPAR a comercialização dos terminais, sem ônus para os Empreendedores, como contrapartida pela redução da participação financeira do cliente.

- Renegociar com os Empreendedores os preços totais dos contratos que estejam acima dos preços de referência calculados pela TELEPAR, de modo a adequá-los a esse limite ou a outro valor a ser demonstrado";

c) Ofício da Dra. CRISTINA ROMANÓ, DD. Procuradora da República no Estado do Paraná, onde encaminha cópia da Ação Civil Pública cumulada com Ação Civil por Improbidade Administrativa, proposta por esta Procuradoria da República/PR, em confronto da TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S/A e outros".

d) Ofício da Dra. ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES, DD. Procuradora da República no Estado do Paraná, onde encaminha "cópia das decisões proferidas pelo E. Tribunal Federal da 4.<sup>a</sup> Região, nos Mandados de Segurança sob n.ºs 93.04.4489-2 e 93.04.44491-8, interpostos pela PHONESUL Comercialização de Equipamentos e Terminais Telefônicos Ltda e outro e Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR e outros respectivos".

e) Despacho do Dr. DORIA FURQUIM, MM. Juiz do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, que analisa Recursos interpostos contra Decisão do MM. Juiz "a quo", onde conclui no mérito em:

a) "determinar a reintegração dos im-  
petrantes nominados na inicial nos cargos  
que ocupavam na diretoria";

b) "anular a medida judicial determi-  
nante da comercialização diretamente pelas  
consorciadas, decidindo livremente a res-  
peito a TELEPAR, observada a orientação do  
TCU".

É o Relatório.

#### VOTO

6. Preliminarmente, cabe esclarecer  
que:

I - o Decreto-Lei n.º 2.300/86, em seu  
art. 62, e a Lei n.º 8.666/93, em seu art.  
72, tratam de subcontratação nos seguintes  
termos:

"O Contratado, na execução do contra-  
to, sem prejuízo das responsabilidades  
contratuais e legais, poderá subcontratar  
partes da obra, serviço ou fornecimento,  
até o limite admitido, em cada caso, pela  
Administração";

II - o Contrato celebrado entre a TE-  
LEPAR e o Consórcio EQUITEL/FURUKAWA/INE-  
PAR (fls. 525/576) dispõe na Cláusula  
11.23 de seu Termo que o Consórcio deve  
"submeter à aprovação prévia da TELEPAR  
sua intenção de subcontratar materiais,  
equipamentos ou serviços de terceiros não  
habilitados no processo licitatório, para  
execução do objeto do contrato (...)".

7. Ante o Relatório e os esclarecimen-  
tos acima, verifica-se, com bastante cla-  
reza, que a subcontratação da PHONESUL, da  
maneira como foi realizada, deixou de ob-

servar a norma legal, e os termos contra-  
tuais firmados pelos Empreendedores e a  
TELEPAR, principais responsáveis pela ir-  
regularidade cometida.

8. Merecem registro, ainda, os seguin-  
tes fatos constantes deste processo.

9. Na assentada de 27.10.93, este Ple-  
nário, ao acolher as conclusões por mim  
formuladas adotou a medida acautelatória  
de sustar a subcontratação da PHONESUL.

10. Em data posterior, 17.01.94 (fls  
656/658), o Diretor Presidente da TELEPAR,  
Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, in-  
forma que a Diretoria da Empresa decidiu  
"determinar aos Empreendedores a imediata  
desabilitação da PHONESUL para comerciali-  
zar os terminais telefônicos do PAID."

11. Tendo em vista essa Decisão da Di-  
retoria da TELEPAR, de caráter mais abran-  
gente, entendo que ficou prejudicada a de-  
terminação acautelatória deste Tribunal e,  
por via de consequência, os recursos con-  
tra ela interpostos, bem como o que pre-  
ceitua o art. 132, e seu parágrafo único,  
do RI do TCU. Assim, aos interessados fica  
facultado o exercício do direito de que  
trata os arts. 224 e 227 do mencionado Re-  
gimento.

12. No que tange à comercialização de  
terminais telefônicos, em face dos novos  
elementos acostados aos autos, formulo  
juízo no sentido de que a TELEPAR poderá,  
a seu critério, admitir a subcontratação  
com qualquer empresa, inclusive a PHONE-  
SUL, desde que observe:

a) nos seus exatos termos, o que pre-  
ceitua a Lei n.º 8.666/93, em especial o  
seu art. 72, e o Contrato firmado com as  
Empreendedoras;

b) Os limites de preços previstos na  
Portaria MTC n.º 180/92 e na Carta-Circular  
n.º 6410/019/92, da TELEBRÁS, a fim de in-  
corporar maior parcela da população na as-  
sinatura do serviço telefônico;

c) os princípios administrativos da  
legalidade, moralidade, finalidade e  
publicidade;

d) os aspectos de gestão de economia,  
eficácia e eficiência.

13. Quanto à proposta de nova audiên-  
cia da Direção da TELEPAR, formulada pela  
SECEX-PR, tenho que os elementos constan-  
tes das inúmeras folhas desta peça proces-  
sual são bastante elucidativos dos pontos  
nela enfocados, razão por que, com vênias,  
deixo de acolhê-la.

14. Em síntese, a TELEPAR:

a) ao aprovar tacitamente, no decorrer  
da execução dos contratos, a subcontrata-  
ção da PHONESUL, deixou de observar o que  
dispõe o art. 62 do Decreto-Lei n.º  
2.300/86, atual art. 72 da Lei n.º  
8.666/93, bem como a Cláusula 11.23 do  
Contrato firmado com o Consórcio  
EQUITEL/FURUKAWA/INEPAR;

b) ao contratar o autor do projeto para executar a obra de reforma da loja de comercialização de telefonia celular, infringiu o art. 8º, I, do Decreto-Lei nº 2.300/86, visto que a execução do projeto e a contratação da obra de reforma não foram precedidas de licitação;

c) permitiu na comercialização dos terminais telefônicos a prática de preço acima do limite previsto na Portaria MTC nº 180/92 e na Carta-Circular nº 6410/019/92, da TELEBRÁS;

d) ao aceitar a proposta da empresa Gaia Veículos Ltda na Concorrência nº 146/92-ADA, quando esta empresa não comprovou possuir concessionária para prestar assistência técnica e manutenção preventiva nas localidades definidas no respectivo edital, infringiu os arts. 33 e 38, I, do Decreto-Lei nº 2.300/86.

15. Os atos acima poderiam ensejar a aplicação de multa. Contudo ficou demonstrado que não houve alcance ou locupletamento por parte dos membros da Diretoria Executiva ou dos diversos Conselhos. Por tais razões, considero que de deva promover a juntada destes autos às contas da empresa, exercício de 1992, para mais amplo exame, não só dos fatos analisados na presente inspeção, objeto de denúncia, a qual sem dúvida, atingiu o seu desideratum, mas de outros que possam surgir. Na oportunidade, poder-se-á, se for o caso, aplicar as sanções cabíveis.

Por todo o exposto e considerado, VOTO no sentido de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto ao Plenário.

TCU., Sala das Sessões, em 03/94

(a) PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA  
Ministro - Relator

#### DECISÃO Nº /93-TCU-Plenário

1. Processo nº TC-012.262/93-5  
2. Classe de Assunto: (VII) Denúncia do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado do Paraná - SINTEL/PR, acerca de irregularidades que estariam ocorrendo na Telecomunicações do Paraná S.A.

3. Interessado: SINTEL/PR

4. Entidade: Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR.

Vinculação: Ministério das Comunicações

5. Relator: Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SECEX/PR

8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1 - considerar prejudicada a medida acautelatória constante do subitem 8.1. da Decisão nº 169/93 - Plenário;

8.2 - determinar à TELEPAR que, ao admitir a subcontratação, inclusive quanto à comercialização de terminais telefônicos, observe:

a) nos seus exatos termos, o que preceitua a Lei nº 8.666/93, em especial o disposto no art. 72, e o Contrato firmado com as Empreendedoras;

b) os limites de preços previstos na Portaria MTC nº 180/92 e na Carta-Circular nº 6.410/019/92, da TELEBRÁS, a fim de incorporar maior parcela da população na assinatura do serviço telefônico;

c) os princípios administrativos da legalidade, moralidade, finalidade e publicidade;

d) os aspectos de gestão de economia, eficácia e eficiência;

8.3 - promover a juntada destes autos às contas da TELEPAR, exercício de 1992, TC-574.033/93-9, para exame em conjunto;

8.4 - enviar cópia do inteiro teor desta Decisão, bem como do Relatório/Voto que a fundamentam:

a) ao SINTEL/PR;

b) à Procuradoria da República no Paraná;

c) ao Sr. Paulo Roberto, ex-Presidente da TELEPAR;

d) ao atual Presidente da TELEPAR;

e) Deputado Estadual Bona Turra;

9. Ata nº /93 - Plenário

10. Data da Sessão: / / 1994 - Ordinária

11. Especificação do quórum:

PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA  
Ministro - Relator

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, vamos dizer Sim à competência, e Não à mediocridade de alguns políticos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está deferido o pedido do Deputado Lourenço Fregonese para que se inclua o laudo do Tribunal.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na data de ontem deveria ter sido realizado o plebiscito na região de Guaraituba, Município de Colombo, para que a população decidisse se desejava ou não que Garaituba fosse um novo Município no nosso Estado

Tal plebiscito não ocorreu, mas entraremos daqui há pouco nas razões do porque não houve esse plebiscito. Tem necessidade, antes, de debater a realização ou não de plebiscito, é a grande quantidade de projetos de lei que tramitam nessa Casa propondo a criação de outros municípios.

Todo dia, basta abrir a Ordem do Dia e lá estão projetos desse tipo para serem votados. Há mais de dois anos tramita nesta Casa um Projeto do Deputado Nelson Justus que define critérios claros e rígidos sobre a criação de municípios, e o Presidente desta Casa não incluí na Ordem do Dia, desrespeitando aquilo que inclusive foi decidido em reunião de lideranças, da qual como Líder do PT participei e foi decidido que estaria na Ordem do Dia aquele Projeto, e que enquanto não fosse votado não se colocaria outros Projetos criando novos municípios. E aquela reunião de lideranças foi desrespeitada até hoje, pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Orlando Pessuti. E, enquanto isso, vota-se município, criação de novos municípios que já houve plebiscito e que a população disse Não como foi o caso de Tamarana. Vota-se a criação de outros municípios dos quais não vem corretamente exposto na lei qual é a delimitação da área aonde se vai dar o plebiscito. Ou quando não, age de maneira irregular no momento da própria votação, ou tenta-se agir como foi no caso de Guaraituba, e ainda bem que existem cidadãos atentos e que acabaram de impedir que se realizasse essa injustiça.

Houve uma decisão anterior que o plebiscito participaria dele um total de 15 Sessões eleitorais no distrito de Guaraituba. Tomada esta decisão, o Tribunal Regional Eleitoral divulga o mapa de votação excluindo uma parte dessas sessões eleitorais.

O Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Edésio Passos, e representando a Frente Popular pela Unidade de Colombo, entra com recursos junto ao Tribunal Regional Eleitoral e consegue a suspensão do plebiscito de acordo com o voto exarado do Juiz Relator do Tribunal.

Diz um trecho desse voto.

"Na medida, entretanto, em que a própria Associação vem dizer que dois locais de votação - neles verifico um total de quinze seções eleitorais - tendo ficado uma parte fora..."

Acolhendo esta representação, diz o Sr. Juiz:

"Portanto, acolhendo o requerido pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Deputado Federal Edésio Franco Passos, sou pelo adiamento do plebiscito com vistas à criação do Município de Guaraituba, reservada a designação oportuna de nova data aos fins, para que seja previamente efetuado o cadastramento da população diretamente interessada, cumprindo o disposto no artigo 18, parágrafo 4º da Carta Política Nacional..."

Assim foi o voto do Sr. Juiz suspendendo.

Mas, antes de se criar qualquer município, é necessário mais do que verificar a população residente na área, é necessário ir além, é necessário verificar qual é o potencial econômico desse novo município, quais são os problemas sociais que enfrentará o município recém-criado sem ter nem um caixa, sem ter nenhuma verba, sem ter nenhuma condição, ou seja, partindo da estaca zero.

O chefe do gabinete da Prefeitura de Colombo, Sr. Osnir Mendes, diz que Colombo tem 117.000 (cento e dezessete mil) habitantes aproximadamente e que, desses cento e dezessete mil, noventa mil estarão no novo Município de Guaraituba e que, dentro desta área, 30% desta área é constituída de quinze favelas que abriga cerca de trinta mil pessoas, ou seja, um terço da população de Guaraituba, o novo município que se pretende criar, de acordo com o Chefe de Gabinete da Prefeitura de Colombo, é de favelados.

Cria-se um município de noventa mil habitantes tendo um terço de favelados sem nenhuma estrutura.

Diz ainda o Sr. Osnir Mendes que se o plebiscito fizer a opção pelo SIM poderá ser criado o município mais pobre do Estado do Paraná. É isto que nós poderemos notar quando nós formos votar, por isso que é necessário uma nova lei.

Além de ainda ter que entrar na justiça para impedir tal plebiscito, os componentes da Frente Popular pela Unidade de Colombo foram ameaçados de morte e protocolaram um ofício junto ao Governo do Estado, protocolo integrado nº 1.650.574-9.

É o seguinte o conteúdo do tal ofício:

"FRENTE POPULAR PELA UNIDADE DE COLOMBO  
OFÍCIO Nº 09/94

Colombo, 11 de março de 1994.

EXMO. SR.

DR. MOACIR FAVETTI

M.D. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

Curitiba-Pr

Ilmo. Sr. Secretário.

Vimos pela presente apresentar a V.Sa. denúncia de "ameaça de morte" sofrida por membros de nossa Frente Popular.

Dos Fatos:

1. A Frente Popular pela Unidade de Colombo é uma articulação da comunidade, de caráter não orgânico, cujo objetivo é esclarecer a população de Colombo em relação à possível divisão do município;

2. A Lei nº 9302, que criou o Município de Guaraituba, necessita de consulta popular (plebiscito) para ter efeito;

3. Em função deste fato, surgiram no município 2 frentes organizadas: A Frente Popular, contrária à divisão, e a Comissão Emancipadora, favorável.

4. Já desde o primeiro momento que co-

meçamos a desenvolver campanha defendendo nossa posição, passamos a receber ameaças por telefone. Ameaças estas, direcionadas ao coordenador da Frente, Deoclécio Fernandes, pelo fone 256-9963.

5. No dia 09 de março último, às 19:00 hs. foi organizado um debate entre as 2 frentes no Colégio Genésio Moreschi. Tendo participado as duas posições, ao término do debate o Sr. Antonio Gomes (Presidente da Comissão Emancipadora), conhecido na comunidade pela sua truculência, ameaçou publicamente de morte o debatedor da Frente Rogério Umberto de Andrade e o membro da Frente Fábio Schueler Pinto.

6. Inúmeras pessoas presentes ao debate, imediatamente se puseram à disposição como testemunhas do fato.

Sendo esta a denúncia que trazemos à V.Sa., solicitamos encarecidamente que:

1. Sejam asseguradas proteção policial para integridade física dos membros da Frente Popular pela Unidade de Colombo.

2. Como também, sejam garantidas a integridade do processo plebiscitário no dia de sua realização. Tal ação é fundamental para que se garanta a lisura do plebiscito e a vontade popular expressa nas urnas.

3. Seja aberto inquérito policial para averiguação do fato acima descrito.

Sem mais para o momento, felicitando V.Sa. pelo excelente trabalho desempenhado à frente da Secretaria de Segurança Pública, despedimo-nos mui

Atenciosamente.

Assinatura ilegível,

#### FRENTE POPULAR PELA UNIDADE DE COLOMBO"

Este é o ofício que pede proteção policial.

Esses companheiros da Frente Popular pela Unidade de Colombo, têm o apoio do Partido dos Trabalhadores e através dessa denúncia trazemos o registro a este Parlamento destes fatos sérios e graves e pedimos ao Senhor Secretário que dê proteção de vida a esses companheiros.

E cobramos da Presidência da Assembleia Legislativa, que se coloque com urgência a votação do projeto de lei que define critérios e características para que se vote projetos criando novos municípios. Não é possível continuar como está hoje, todo dia se votando à favor do plebiscito, sem análise, nem populacional, nem econômica e nem social da área que sofrerá esse plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O que me traz à Tribuna na tarde de

hoje, bastante feliz, satisfeito, evidente é o resultado das pesquisas encomendada pela Folha de Londrina, Datafolha.

Todo nós lembramos que há dias atrás, quando nesta Casa se comentava a primeira pesquisa realizada pelo IBOPE, alguns companheiros questionavam com relação ao resultado da pesquisa, queriam saber da veracidade da mesma e inclusive quem havia pago e nós numa declaração que tivemos oportunidade de dar a imprensa, a televisão, CNT, dizíamos que quando o resultado não beneficia a parte oposta, sempre pairam dúvidas, e dizíamos que sem dúvida o resultado da pesquisa do IBOPE não agradava os nossos opositores e isso fazia com que eles saíssem questionando a gravidade da mesma. Mas ninguém perde por esperar, todos sabemos da seriedade do IBOPE, todos sabemos da seriedade do Instituto de Pesquisa Datafolha. E hoje para a nossa alegria, para a nossa satisfação, a Folha de Londrina, que praticamente no decorrer da semana passada dizia que no domingo trazia o resultado das pesquisas, trouxe, onde aparece os três nomes dos pretensos candidatos a Governador do Paraná. Não nos surpreendeu o resultado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque sem dúvida esse resultado ele é um pouco diferente do resultado do IBOPE, mas para nós tem o mesmo sentido, retrata a vontade, mostra o desejo do povo do Paraná em trazer de volta para o Palácio Iguaçu a competência, a seriedade e o companheiro no nome de Álvaro Dias. Álvaro Dias com cinquenta e três pontos (53) na geral, Jaime Lerner 35%, e Jorge Samek, do PT, terceiro lugar com três pontos, surpendendo inclusive porque quase triplica a primeira pesquisa onde ele aparecia com 1%.

Quero crer não haja dúvidas, quero crer não ouvir alguns companheiros desta Casa alegar também dúvidas com relação ao Instituto de Pesquisa Datafolha o resultado evidente não agrada alguns companheiros de outros Partidos nesta Casa. Mas as pessoas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que percorrem o interior do Estado do Paraná, que visitam os municípios e que conversam com o povo, não têm dúvidas com relação ao resultado da pesquisa Datafolha. Observem os Senhores que até aqui em Curitiba, na grande Curitiba, porque não dizer na Região Metropolitana, já se percebe a diferença dos dados, onde hoje o nosso candidato, o nosso líder maior, ex-Governador Álvaro Dias, já aparece com 33%, uma diferença já diminuída. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós ficamos felizes e nos sentimos honrados porque ao pegarmos os jornais nós acompanhamos que o nosso candidato adversário percorre o Paraná já em ritmo de campanha; e o nosso candidato ex-Governador Álvaro Dias,

ainda sem decisão, se candidato a governador ou se candidato a Presidente da República, não tem feito campanha como candidato a Governador do Estado do Paraná. Então, espero que nas próximas pesquisas haveremos de ver dados diferentes, dados diferentes porque queremos crer seja feita após o mês de abril, onde teremos a definição do nosso candidato, o nosso companheiro Álvaro Dias, se disputará o Governo do Estado, ou se aceitará o conclamo do povo do Brasil, dos companheiros do PP e de outros Partidos no sentido de que ele seja candidato, ou se voltará a disputar o Governo do Paraná.

Acreditamos que nas próximas pesquisas, após o lançamento oficial da candidatura do ex-Governador Álvaro Dias, haveremos de ver esses números mexidos, vai de 53 para 58, para 60, porque se fosse hoje já estaríamos aí com a vitória no primeiro turno.

Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente passamos para o Grande Expediente.

Horário das Lideranças: PFL, PL, PDT, PMDB e PSDB.

(Todos declinaram).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Srs. Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado José Arthur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que cria o município de Espigão Alto do Iguaçu desmembrado do município de Quedas do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MOURA - Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. NEREU MOURA - Pela ordem, Sr. Presidente. Declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação a Emenda de Plenário para a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda Substitutiva do Projeto de Lei 062/93, queiram levantar-se.

Trinta e um (31) aprovam. Nenhum rejeita. **Aprovada.** O projeto irá à redação final.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que dá nova redação ao Artigo 49



do Capítulo III, do Título II, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, que criou o Fundo de Previdência do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 226/93.

#### ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 041/93, que objetiva acrescentar ao artigo 58, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4°, com redação conforme especifica. (Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoioamento do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 401/93.

#### ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa e Nelson Garcia, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE N° 01

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

Artigo Único - O Projeto de Resolução n° 020/93 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré e com as divisas abaixo descritas:

Começa no marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo. Segue pela margem direita do Rio Ouro Fino, até encontrar o Rio Capivara. Segue pela margem direita do Rio Capi-

vara até a foz do Rio Betara e segue por este até encontrar a foz do Rio Pocinho/Rio Pombas. Da foz do Rio Pocinho/Rio Pombas, segue até encontrar a estrada de Barra de Santa Rita, segue por esta até o encontro do Rio Juriqui com o Rio Passaúna. Segue pela margem direita do Rio Passaúna até encontrar o marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo, ponto inicial e final."

Art. 2° - O perímetro urbano do município terá as seguintes divisas:

"Principia num marco colocado à margem direita da estrada Curitiba - Porto Alvorada, no km 21 mais 784 metros, daí em reta de rumo verdadeiro, 34°35'SO, medindo 294,00 metros alcança um marco: deste marco, em reta de rumo verdadeiro 53°21'NO, alcança outro marco colocado na estrada principal na distância de 132,5 metros, confrontando com terras ocupadas por José Favoreto: daí, segue pela estrada no sentido sudoeste até a encruzilhada com estrada para Rondinha, pela qual segue, no sentido sudoeste, até encontrar um marco colocado no barranco esquerdo da mesma estrada; daí em rumo 23°32'NO, segue em reta medindo 100,00 metros, encontrando uma estrada vicinal, segue por esta até encontrar um marco colocado a 12,00 metros da encruzilhada com estrada Curitiba - Porto Alvorada; desce em reta ao rumo 39°40'NE e distância de 426,00 metros, ao marco posto sobre uma lombaa, segue por este através do Córrego Rio Verde; sobre uma pequena lombaa até um marco cravado sobre esta; deste marco em reta 34°39'SO, e distância de 252,00 metros, ao marco ponto de partida da presente descrição."

Art 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento: Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

O memorial descritivo constante no projeto original, apresentou algumas distorções. Com a presente emenda substitutiva geral, corrigiu-se os limites e confrontações do futuro Município de Campo Magro, bem como, a descrição da área urbana, tornando-os mais claros.

O Projeto será encaminhado às Comissões Competentes.

#### ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 044/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que estabelece normas sobre controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras. Com PARECERES

FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.M.A. (Publ. no D. A. n° 09/93, de 03.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 044/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade estabelecer normas sobre o controle de resíduos de embarcações, oleodutos e instalações costeiras.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em apreço, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo a esta douta Comissão ressaltar o alto interesse público da matéria, pois há muito urgem-se providências regulamentadoras e controladoras dos agentes poluentes das costas paranaenses.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI N° 044/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, tem por finalidade estabelecer normas sobre controle de embarcações, oleodutos e instalações costeiras.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no parecer na Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à sua normal tramitação.

No âmbito desta Comissão Técnica, acatamos as sugestões fornecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, em diligência realizada junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para avaliação e parecer técnico ao referido projeto de lei.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Geral que ora apresentamos, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.94.

(a) NEIVO BERARDIN

Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 044/93

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Para os efeitos desta Lei,

considera-se resíduo qualquer lixo, refugo, esgoto, lodo, borra, misturas oleosas e outros materiais que devem ser descartados de uma embarcação ou removidos de uma instalação costeira.

§ 1° - Entende-se como "outros materiais" qualquer substância ou material resultante da operação ou emprego, na embarcação ou instalação costeira, como:

- a) óleo residual da casa de máquinas;
- b) mercadorias contaminadas por agentes poluidores que as tornem impróprias para consumo normal;
- c) peças substituídas e sobras de materiais empregados em manutenção preventiva ou corretiva de embarcações ou de equipamentos de instalações costeiras.

Art. 2° - Os resíduos são classificados em:

- I - resíduos perigosos;
- II - resíduos não perigosos.

§ 1° - Resíduos perigosos são aqueles que apresentem as características definidas pela regulamentação da presente Lei.

§ 2° - Os critério e procedimentos para o manuseio de resíduos perigosos serão estabelecidos pela mesma normatização referida no parágrafo anterior.

§ 3° - Resíduos não perigosos, são todos os demais resíduos que não se enquadrem como resíduo perigoso, como: resíduos de alojamentos, de cozinha e refeitório de embarcação; lixo industrial que não apresente qualquer risco à saúde ou de combustão espontânea; outros resíduos que, em caso de dúvida, sejam declarados não perigosos pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO

Art. 3° - Esta Lei tem por objetivo principal estabelecer, e fazer com que sejam cumpridos, procedimentos e critérios para que as operações de navios, portos, terminais, oleodutos submarinos e costeiros, indústrias litorâneas e demais instalações potencialmente poluidoras, situadas próximas da costa, apresentem menor risco de poluírem o mar litorâneo do Estado do Paraná e, quando o fizerem, disponham de recursos humanos e materiais suficientes para o combate à emergência.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 4° - Os portos, terminais, plataformas, estaleiros e demais instalações que manipulem ou armazenem petróleo e seus derivados, como refinarias e campos de



produção de petróleo, próximo do litoral, deverão possuir sistemas de prevenção e controle de derrame de óleo, na água e no solo, e seus projetos deverão ser submetidos ao IAP, para fins de prévio licenciamento ambiental.

Art. 5º - Os portos, terminais, estaleiros, bem como as plataformas marítimas e demais instalações que manipulem petróleo e seus derivados e que já estejam em funcionamento na data da publicação desta Lei, deverão submeter ao IAP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, os projetos referidos no artigo anterior, cuja implantação não deverá passar de seis meses.

#### CAPÍTULO IV

##### DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA OPERAÇÃO DE NAVIO

Art. 6º - O Licenciamento Ambiental para operação de navio será documento indispensável ao início das operações de cada navio, no caso de carga e descarga de resíduos perigosos, em porto, terminal ou estaleiro do Est. do Paraná, e consistirá de Termo de Compromisso Ambiental - TCA.

Parágrafo Único - O documento mencionado acima, devidamente preenchido, deverá ser carimbado e visado pela autoridade licenciadora.

#### CAPÍTULO V

##### DAS FONTES GERADORAS DE RESÍDUOS

Art. 7º - São consideradas, para efeito desta Lei, como fontes geradoras de resíduos, as embarcações e as instalações costeiras.

§ 1º - Os resíduos perigosos terão suas características reconhecidas aplicando-se os métodos indicados na regulamentação da presente Lei, e como tal deverão ser tratados.

§ 2º - Cabe à fonte geradora a prova, junto ao IAP, de que o resíduo não é perigoso, sempre que houver alguma dúvida.

§ 3º - Os resíduos não perigosos deverão ser selecionados e dispostos, adequadamente, para destinação final.

§ 4º - As embarcações deverão possuir sistema apropriado para selecionar e dispor seus resíduos, que deverão ser descartados, somente em instalações terrestres.

§ 5º - As instalações costeiras deverão contar com sistemas adequados para receber, selecionar e dispor seus próprios resíduos e os das embarcações que nelas operem.

§ 6º - A disposição final de um resíduo será feita de acordo com critérios estabelecidos pelo IAP.

§ 7º - Os resíduos não biodegradáveis deverão sofrer tratamento ou ter uma destinação final adequada, após aprovação do IAP.

#### CAPÍTULO VI

##### DO CONTROLE DE RESÍDUOS

Art. 8º - O controle de resíduos perigosos será feito mediante documento próprio que conterá, no mínimo, o seguinte:

I - número, em ordem crescente;

II - nome, logotipo, endereço, telefone e código de identificação da fonte geradora (CIF);

III - nome, endereço, telefone e código de identificação do transportador licenciado (CIT);

IV - nome, endereço, telefone e código de identificação da instalação licenciada (CIL), designada para recebimento do resíduo e da instalação alternativa, se houver;

V - descrição e identificação do resíduo, na conformidade das normas vigentes no País para transporte de produtos perigosos ou de outras que venham a ser estabelecidas por órgãos competentes;

VI - quantidade total de cada resíduo em unidade de peso ou volume, número e tipo de "containers" colocados no veículo transportador;

VII - outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

Art. 9º - Os resíduos não perigosos obedecerão aos seguintes critérios de controle:

I - todos os resíduos deverão ser registrados em documento próprio que indique:

a) número do documento em ordem crescente, local e data do seu preenchimento;

b) nome, logotipo, endereço, telefone, nacionalidade e identificação da fonte geradora e do seu responsável;

c) descrição, identificação e quantidade total de cada classe de resíduo e do "container" em que estiver acondicionado;

d) outras informações que venham a ser exigidas pelo IAP.

II - o documento deverá ser preenchido em 03 (três) vias, ficando uma com o emittente (responsável pela fonte), outra entregue à instalação costeira receptora e a última encaminhada ao IAP.

Art. 10 - A instalação costeira receptora do resíduo será responsável por sua destinação final, devendo para isto providenciar:

I - adequada armazenagem dos resíduos, até a remoção para a destinação final, em depósitos e locais antecipadamente aprova-

dos pelo IAP;

II - transporte dos resíduos para destinação final, devendo:

a) fornecer ao transportador um documento (documento de transporte e destinação final de resíduo) em que esteja identificado o resíduo e indicados os cuidados para seu manuseio, bem como seu destino final;

b) exigir do transportador recibo da entrega do resíduo;

c) obter uma declaração de que o resíduo chegou ao seu destino;

III - o arquivamento, por um ano, a partir da data da emissão, de toda a documentação referida neste artigo.

## CAPÍTULO VII

### DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 11 - Esta lei é aplicável aos portos, terminais marítimos, canteiros de fabricação de plataformas, estaleiros, instalações de atividades petroleiras em geral, indústrias litorâneas, marinas, clubes com atividades marítimas e todas as instalações com potencial de poluir o mar litorâneo do Estado do Paraná.

## CAPÍTULO VIII

### DAS INSTALAÇÕES COSTEIRAS

Art. 12 - Assim são denominadas, para efeito desta lei todas as instalações industriais, de lazer ou particulares, que estejam situadas junto às águas litorâneas do Estado do Paraná.

Art. 13 - Os portos, terminais, marinas, estaleiros, canteiros de fabricação de plataformas e indústrias litorâneas que operem navios e demais instalações portuárias, deverão dispor de serviços e facilidades para o recebimento de resíduos e misturas oleosas existentes a bordo das embarcações que neles aportam, bem como do lixo e de todo o material que deva ser descartado em terra.

Art. 14 - Todos os portos, terminais e demais instalações portuárias, como definido nesta lei, deverão dispor de recursos humanos e materiais, bem como de Plano de Contingência adequados e suficientes a um primeiro combate a eventuais emergências, particularmente a derrames de óleo no mar.

Art. 15 - Os estaleiros deverão ser providos de instalações e serviços para receber todos os resíduos que permaneçam na embarcação que a eles se destine.

Art. 16 - Os resíduos dos portos e das embarcações que neles operem deverão ser, obrigatoriamente, selecionados e enviados à destinação final específica, conforme normas e critérios estabelecidos pelo IAP.

Art. 17 - Os resíduos gerados em instalações portuárias, estaleiros e canteiros de fabricação de plataformas, deverão ter destinação final em conformidade com as normas vigentes em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 18 - Os resíduos que apresentam grau de perigo deverão receber atenção especial e tratamento conforme condições estabelecidas pelo IAP.

Art. 19 - Em caso de derrame, vazamento ou deposição accidental de óleo, em trato d'água ou solo, as operações de limpeza e restauração da área e bens atingidos, assim como a destinação final dos resíduos gerados, serão de responsabilidade do porto, terminal ou instalação em que ocorreu o incidente, e obedecerão os requisitos do IAP.

Art. 20 - É proibido, salvo licença especial do IAP, a queima de resíduos de qualquer natureza, a céu aberto.

Art. 21 - É proibido o lançamento de qualquer tipo de resíduo no mar litorâneo do Estado do Paraná e em seus ecossistemas.

Art. 22 - Deve ser regulamentada, ouvido o IAP, a utilização de resíduos cujo terminal seja o solo ou alimentação de seres vivos.

Art. 23 - Os projetos específicos de coleta, seleção, transporte e destinação final de resíduos oriundos de embarcações ou a própria instalação portuária, bem como sua implantação, operação e manutenção ficam sujeitos a licenciamento e fiscalização do IAP.

Art. 24 - Os projetos de tratamento e destinação final deverão contemplar, obrigatoriamente, a implantação de programas de controle e eficiência.

## CAPÍTULO IX

### DAS EMBARCAÇÕES

Art. 25 - Assim são denominadas, para efeito desta Lei todas as construções destinadas a navegar sobre água, incluindo-se, além dos navios, os barcos de recreio como iates e lanchas, as plataformas fixas e flutuantes, rebocadores e barcos de ser-

viço.

Art. 26 - As tripulações das embarcações deverão ser instruídas no sentido de evitar o lançamento de resíduos ao mar, providenciando para que os mesmos sejam convenientemente acondicionados para seu descarte em instalação terrestre.

Art. 27 - O comandante da embarcação é o responsável pelo cumprimento dos procedimentos previstos nesta Lei, respondendo civil e criminalmente pelos atos que venham provocar danos ao meio ambiente marinho ou a propriedade de terceiros, em consequência do descumprimento desta Lei.

Art. 28 - Sempre que uma embarcação transportar produtos perigosos para portos ou terminais do Estado do Paraná, deverá seu comandante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar ao IAP as características do produto perigoso, sua quantidade e, se necessário, indicar as providências a serem adotadas para garantir uma operação segura.

Art. 29 - Enquanto a embarcação estiver operando em porto ou terminal, todos os resíduos, inclusive os esgotos sanitários, deverão ser descarregados em instalação, deverão ser retidos a bordo para alijamento futuro em condições adequadas e previstas em lei.

Art. 30 - É proibido o emprego de produtos químicos no controle de eventuais derrames de óleo, devendo-se nestes casos, providenciar a contenção do produto derramado, seu recolhimento e envio a destino adequado.

Art. 31 - Quando se proceder à lavagem de tanque que tenha contido substância perigosa que possa criar riscos à saúde humana ou à vida marinha, o efluente resultante da operação deverá ser descarregado em uma instalação receptora, enquanto apresentar concentração da substância perigosa acima dos limites considerados seguros para descarte no mar.

Art. 32 - O comandante ou agente de navegação deverá notificar ao IAP, sempre que uma embarcação encontrar qualquer dificuldade para descartar em terra seus resíduos.

Art. 33 - É terminantemente proibido alijar no mar litorâneo do Estado do Paraná qualquer produto fabricado com material plástico, bem como qualquer espécie de lixo, incluindo-se produtos de papel, vidro, metais, louça doméstica, tábuas e materiais empregados em embalagens.

Art. 34 - Os restos de alimentos, quando previamente triturados de modo a passar por peneira com malha de vinte e cinco milímetros, poderão ser lançados ao mar a uma distância de pelos menos dez quilômetros da costa.

Art. 35 - Enquanto não houver instalação receptora palastro sujo ou água de lavagem de tanques, será tolerado o seu lançamento ao mar, desde que obedecidas as condições seguintes:

I - que a embarcação esteja em rota, navegando a uma velocidade de sete nós;

II - que a descarga seja feita abaixo da linha de flutuação;

III - que a embarcação esteja a pelo menos vinte quilômetros da terra mais próxima e em águas com profundidade de pelo menos vinte e cinco metros;

IV - que o resíduo esteja diluído em volume de água de pelo menos dez por cento do volume total do tanque;

V - que a descarga seja feita moderadamente, garantindo-se que a concentração do produto perigoso não exceda a uma parte por milhão (1ppm) na esteira da embarcação logo após a sua popa.

Art. 36 - Sempre que ocorra um acidente ou uma situação de real perigo de acidente que envolva a embarcação, deverá o comandante comunicar prontamente o fato ao IAP.

Art. 37 - Quando, por motivo de segurança da embarcação ou de seus tripulantes, for necessário adotar uma medida que contrarie a presente Lei, deverá o fato ser comunicado com a máxima urgência.

Art. 38 - Deverão ser tomadas as providências necessárias para que não ocorra imobilização ou retenção desnecessárias da embarcação, pela aplicação de procedimentos previstos nesta Lei.

## CAPÍTULO X

### DAS PENALIDADES

Art. 39 - A inobservância dos preceitos desta Lei, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Art. 5º, da Lei nº 7.109, de 17 de janeiro de 1979, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem esta lei, serão punidas com multa simples ou diária de 10 (dez) a 1.000 (hum mil) Unidades Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR), enquanto perdurar a infração."

OBS. - há necessidade de se mudar o art. 5º da Lei nº 7.109, devido a extinção da unidade de Valor de Referência Regional

(VVR) existente na mesma.

Art. 40 - Além das penalidades que lhe forem impostas, deverá o infrator ressarcir todas as despesas relacionadas com a falta cometida, tais como: limpeza, dragagem, transporte e alimentação do pessoal envolvido, custos administrativos, recuperação ou substituição de equipamentos, materiais e roupas utilizados.

## CAPÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - A presente Lei será regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias, pelo Poder Executivo.

Art. 42 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.94.

(a) NEIVO BERALDIN  
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Em discussão.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Esse projeto já tramitou em todas as Comissões da Casa e foi encaminhado, a pedido do Deputado Toti Colaço, para uma análise e já veio com o parecer e foram incluídas todas as considerações do IAP, no projeto.

Acho que não há razões para formar essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

**Está rejeitado o requerimento.**

O SR. OSWALDO TREVISAN - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que rejeitam,

queiram levantar-se.

Onze (11) Senhores Deputados rejeitam.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dez (10) aprovam.

Não há quórum para votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Como não havia quórum há poucos instantes quando foi aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado o protesto de Vossa Excelência.

Sobre a Mesa, requerimento n° 384, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 373, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 377, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, participamos, na manhã de hoje, de uma reunião com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Orlando Pessuti. Assumiu a Presidência das Assembléias Legislativas do Sul, enquadrando os Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e nesse momento registramos a presença do Sr. Deputado de Mato Grosso do Sul, Sr. João Pedra, da Cidade de Campo Grande, que está prestigiando e assistindo a esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Registramos a presença de nosso companheiro e ficamos satisfeitos com sua visita à nossa Casa de Leis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 001/94.

Levanta-se a sessão.